



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA**  
**FASA - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FASA**  
**CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**DISCIPLINA: MONOGRAFIA ACADÊMICA**  
**PROFESSOR ORIENTADOR: ANTÔNIO EUSTÁQUIO CORRÊA DA COSTA**

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS**

**SANDRA SANTOS DE SOUZA**  
**RA: 2015209-1**

**Brasília-DF, maio/2006.**

**SANDRA SANTOS DE SOUZA**

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis como exigência para obtenção do Título de Bacharel no Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, sob a orientação do Professor Antônio Eustáquio Corrêa da Costa.

**Brasília-DF, maio/2006.**

**SANDRA SANTOS DE SOUZA**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS**

A Banca Examinadora verificou e avaliou a presente monografia como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Após a apresentação pela acadêmica, os membros opinaram pela Menção Final \_\_\_\_\_.

Brasília/DF, \_\_\_\_ de maio de 2006.

**Banca Examinadora:**

---

Professor Orientador:  
Antonio Eustáquio Correa da Costa

---

Professor Convidado:  
Ardêmio João Brixner

---

Professor Convidado:  
João Amaral de Medeiros

Dedico este trabalho aos meus pais, Leonário e Ana, e ao meu amigo e irmão Amauri, que sempre me incentivaram, foram e sempre serão os meus alicerces nesta e noutras caminhadas que certamente virão.

Dedico também ao Professor Antônio Eustáquio, meu orientador, que me serviu de luz nas dificuldades.

## AGRADECIMENTO

Se hoje chego a este momento importante na vida, pronta a tornar-me bacharel em Ciências Contábeis, é porque no decorrer desses anos tive o apoio e incentivo de algumas pessoas, pessoas estas que foram fundamentais nessa minha caminhada devido aos mais diversos motivos.

Por isso, gostaria de agradecer em primeiro lugar a Deus, que me deu força, ânimo e motivação para continuar, minha família, minha amiga Jeane, e ao Professor Antônio Eustáquio, meu orientador.

Gostaria também de agradecer a todos os colegas de classe e professores, que de alguma forma me ajudaram, contribuindo para a minha formação com conhecimentos acadêmicos e de vida, ao longo dessa jornada.

*"Os ativos do nosso ser  
É o que contabilizamos na vida  
Humanidade, responsabilidade social  
Precisa ser nossa contrapartida;*

*Entre débitos e créditos, quem diria  
Transpondo a filosofia  
Auditando nossos próprios passos  
Contabilizando alegria;*

*Alegria de muita gente  
Alegria minha e sua  
Com lançamentos e atos  
Ajudando quem precisa  
Dando um estorno na vida  
Transformaremos os fatos".*

*Serpa, Júlio César Lopes.*

## RESUMO

SOUZA, Sandra Santos de. Responsabilidade Social das Empresas, 2006. 22 p. Monografia. Curso Ciências Contábeis. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

O trabalho tem por finalidade demonstrar a importância da Responsabilidade Social das Empresas, possibilitando levantamento dos componentes essenciais do Balanço Social, a relevância das informações contidas nos relatórios contábeis em função dos seus usuários, a importância de política de Responsabilidade Social e da adoção do Balanço Social. Todos esses argumentos têm como objetivo responder à problemática do estudo que é saber qual a utilidade das informações constantes no Balanço Social e o impacto da divulgação desses dados à sociedade. Para responder o problema foi utilizada a pesquisa bibliográfica, constituída basicamente de livros e artigos científicos. No contexto em que a sociedade se encontra, a credibilidade das empresas junto à sociedade em geral encontra-se cada vez mais comprometida, em decorrência dos danos que elas vêm causando ao meio em que atuam. Essa descrença condicionou as empresas a utilizarem o conceito de Responsabilidade Social juntamente com o objetivo primordial de obtenção de lucro, a fim de proporcionar melhor aproveitamento em nível de legitimidade com a comunidade, proporcionando crescimento empresarial em todos os âmbitos atuantes. Chegou-se à conclusão de que tal procedimento permite à sociedade fazer avaliação mais consciente da empresa, influenciando em suas escolhas, e à empresa verificar o seu papel e grau de importância que exerce na sociedade.

Palavras-chave: Responsabilidade Social, Balanço Social, Imagem Organizacional.

## **ABSTRACT**

SOUZA, Sandra Santos of. Social Responsibility of the Companies, 2006. 22 p. Monografia. Course Countable Sciences. University center of Brasilia - UniCEUB.

The work has for purpose to demonstrate to the importance of the Social Responsibility of the Companies, making possible survey of the essential components of the Social Rocking, the relevance of the information contained in the countable reports in function of its users, the importance of politics of Social Responsibility and the adoption of the Social Rocking. All these arguments have as objective to answer to the problematic one of the study that is to know which the utility of the constant information in the Social Rocking and the impact of the spreading of these data to the society. To answer the problem the bibliographical research was used, basically constituted of books and scientific articles. In the context where the society if finds, the credibility of the companies next to the society in general meets each time more engaged, in result of the damages that they see causing to the way where they act. This incredulity conditioned the companies together to use the concept of Social Responsibility with the primordial objective of profit attainment, in order to better provide to exploitation in level of legitimacy with the community, providing enterprise growth in all the operating scopes. It was arrived the conclusion of that such procedure allows the society to make more conscientious evaluation of the company, influencing in its choices, and to the company to verify its paper and degree of importance that exerts in the society.

Word-key: Social Responsibility, Social Rocking, Organizacional Image.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CVM** – Comissão de Valores Mobiliários

**DRE** – Demonstração do Resultado do Exercício

**DVA** – Demonstração do Valor Adicionado

**IBASE** – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Quadro nº 1:

|   |    |
|---|----|
| Usuários do Balanço Social e da Contabilidade ..... | 19 |
|---|----|

## SUMÁRIO

|   |               |
|---|---------------|
| <b>RESUMO .....</b>                             | <b>6</b>      |
| <b>ABSTRACT .....</b>                           | <b>7</b>      |
| <b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>             | <b>10</b>     |
| <b>RESPONSABILIDADE SOCIAL.....</b>             | <b>12</b>     |
| Conceito .....                                  | 13            |
| <b>BALANÇO SOCIAL.....</b>                      | <b>15</b>     |
| Conceito .....                                  | 17            |
| Legislação e Histórico de Exemplos .....        | 20            |
| Indicadores do Balanço Social .....             | 22            |
| Elaboração .....                                | 23            |
| Modelo de Balanço Social .....                  | 24            |
| <b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO .....</b>   | <b>26</b>     |
| Estrutura .....                                 | 27            |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                | <b>29</b>     |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                         | <b>31</b>     |
| <br><b>ANEXOS .....</b>                         | <br><b>33</b> |
| ANEXO I - Projeto de Lei nº 3.166 de 1997.....  | 34            |
| ANEXO II - Modelo de Balanço Social IBASE ..... | 38            |

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A análise do tema “Responsabilidade Social” vem ganhando destaque e popularidade a cada dia, por diversos motivos. A preocupação com a escassez de recursos acendeu o sinal de alerta para o consumo de produtos que esgotam a matéria prima na origem, direcionando os consumidores para substitutivos ou produtos onde haja certeza de inesgotabilidade.

Os consumidores, mais bem informados, tendem a ser fiéis a marcas e organizações que lhes dêem razões para confiar. Ao formar impressão sobre uma empresa, as pessoas em todo o mundo se baseiam mais em sua contribuição para causas sociais e sua relação com o meio ambiente do que na reputação da marca ou em questões financeiras. A consequência desse movimento é que a Responsabilidade Social passou a ser pensada na definição da estratégia empresarial.

A percepção do consumidor brasileiro em relação ao tema vem sendo acompanhada pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que é uma associação de empresas interessadas em desenvolver suas atividades de forma socialmente responsável num permanente processo de avaliação e aperfeiçoamento.

Ao abordar o tema responsabilidade social, este estudo tem o intuito de demonstrar às empresas, a importância de propor um exame da sua imagem às vistas da sociedade. Além da função produtiva, as empresas estão assumindo novos papéis na sociedade, a partir de cobranças e exigências da própria sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, político e social do País. As empresas estão assumindo cada vez mais uma postura social e cidadã em diversos setores da sociedade, levando a idéia de que a situação do mundo requer atenção especial das empresas para sua dimensão social.

A forma de tornar público as ações e intenções da empresa, quanto à apropriação e uso de recursos que originalmente não lhe pertencem, é a

apresentação do balanço das atividades sociais que ela desempenha na comunidade em que atua.

O Balanço Social é um instrumento para divulgar o que as empresas vêm fazendo na área social e ambiental. É através dele que fornecedores, investidores, funcionários e consumidores têm visão de como a empresa prioriza suas responsabilidades sociais, podendo, inclusive, influenciar os clientes e acionistas na hora de decidir entre uma ou outra empresa.

O tema escolhido foi Responsabilidade Social das Empresas, possuindo objetivos para que sua abordagem seja de forma coerente: demonstrar a Importância da Responsabilidade Social das Empresas, levantar os componentes essenciais do Balanço Social, demonstrar a relevância das informações contidas nos relatórios contábeis em função dos seus usuários e demonstrar a importância da adoção do Balanço Social.

O estudo busca responder a seguinte questão: Qual a utilidade das informações constantes no Balanço Social e o impacto da divulgação desses dados à sociedade?

Foram utilizadas pesquisas bibliográficas e dados secundários, constituídos principalmente de artigos, livros e sites específicos, objetivando a otimização do estudo a ser realizado sobre a responsabilidade social das empresas, com ênfase no Balanço Social.

A coleta de dados se deu através das fichas contendo registros de dados necessários ao desenvolvimento e fundamentação do estudo, tendo-se visão mais dinâmica do tema proposto de acordo com a ótica de vários autores. Foram observados os critérios utilizados por cada autor no que se refere à disposição dos assuntos, possibilitando adquirir noção de como separar os assuntos que compuseram o desenvolvimento do estudo.

Após a organização das fichas, foram realizadas anotações das considerações e comentários pertinentes expostos por cada autor, objetivando relacioná-las entre si, possibilitando desenvolver análise fundamentada e expor considerações pessoais.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

Dada relevância do tema, a Responsabilidade Social deixou de ser uma opção para tornar-se fator estratégico na política das empresas. Para Tenório (2004, p.13) a primeira abordagem sobre a atuação social empresarial:

[...] Surgiu no início do século XX, com o filantropismo. Em seguida, com o esgotamento do modelo industrial e o desenvolvimento da sociedade pós-industrial, o conceito evolui, passando a incorporar os anseios dos agentes no plano de negócios das corporações.

Oliveira (2002, p. 200), diz que o termo “Responsabilidade Social” apareceu escrito pela primeira vez em um manifesto firmado por 120 indústrias inglesas e que o documento definia que a responsabilidade focava-se nas ações dos dirigentes. Contudo, as primeiras manifestações dessa idéia surgiram no início do século XX, com os americanos Charles Eliot (1906), Hakley (1907), John Clarck (1916) e com o inglês Oliver Sheldon (1923). O marco inicial do estudo e debate só se consolidou com o lançamento do livro *Howard Bowen Responsibilities of the businessman*, nos Estados Unidos, em 1953.<sup>1</sup>

Percebe-se ao comparar as citações desses dois autores que, o marco inicial desse tema foi realmente no início do século XX, e que o enfoque dado à Responsabilidade Social até então priorizava a atuação socialmente responsável dos seus dirigentes e não da empresa.

Tenório (2004, p. 14) afirma ainda que para haver melhor compreensão sobre as características da Responsabilidade Social Empresarial, deve-se também compreender as diferenças existentes entre algumas formas de atuação social empresarial como filantropia corporativa, voluntariado empresarial e cidadania empresarial, pois em alguns casos estão sendo utilizadas com significados diversos e em outros até como sinônimos.

---

<sup>1</sup> Foi a partir desses fatos que a Responsabilidade Social deixou de ser simples curiosidade para se transformar em um novo campo de estudo.

## Conceito

A fim de dirimir controvérsias sobre conceitos de algumas ações sociais das empresas e possíveis confusões com o termo “Responsabilidade Social”, Tenório (2004, p. 28) traz alguns conceitos relevantes:

A ação filantrópica empresarial pode ser caracterizada como ação social de natureza assistencialista, caridosa e predominantemente temporária. A filantropia empresarial é realizada por meio de doações de recursos financeiros ou materiais à comunidade ou às instituições sociais.

Ao exercitar um ato filantrópico, não significa dizer que a empresa esteja colaborando com o bem-estar do meio ambiente ao qual está inserida, pois, essa generosidade esporádica, pode criar expectativas futuras que não virão, e em nada adiantará se, ao mesmo tempo, estiver a produzir passivos ambientais.

Tenório (2004, p. 29) também conceitua cidadania empresarial como sendo uma expressão utilizada para demonstrar o envolvimento da empresa em programas sociais de participação comunitária por meio do incentivo ao trabalho voluntário, não podendo ser confundido com voluntariado empresarial que é uma forma de atuação específica da empresa junto à comunidade enquanto cidadania empresarial representa uma atuação social mais ampla.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social <sup>2</sup> (2006), traz a mesma abordagem conceitual que Tenório (2004, p. 32), sobre Responsabilidade Social:

A noção de responsabilidade social empresarial decorre da compreensão de que a ação empresarial deve, necessariamente, buscar trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente e trazer retorno para os investidores. A adoção de uma postura clara e transparente no que diz respeito aos objetivos e compromissos éticos da empresa fortalece a legitimidade social de suas atividades, refletindo-se positivamente no conjunto de suas relações.

---

<sup>2</sup> Criado em 1998, na cidade de São Paulo, é uma organização de caráter privado sem fins lucrativos, mantida financeiramente por um conjunto de empresas associadas, tendo como missão a disseminação o conceito de Responsabilidade Social Empresarial, divulgando informações e publicando manuais.

A Comissão das Comunidades Europeias abordam no Livro Verde <sup>3</sup> (2001, p. 04) que a Responsabilidade Social das Empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo.

Ashley (2004, p. 06) afirma que:

Responsabilidade Social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetam positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange o seu papel específico na sociedade e sua prestação de contas para com ela.

Vários autores apresentam definições diversas a respeito de Responsabilidade Social, sendo praticamente impossível distinguir qual é a mais correta, não existindo uma que seja universalmente aceita, mas, amplamente dizendo, a expressão se refere a decisões de negócios tomadas com base em valores éticos que incorporam as dimensões legais, o respeito pelas pessoas, comunidades e meio ambiente.

Tenório (2004, p. 33), afirma que existem vários elementos que podem motivar as empresas a atuar de forma socialmente responsável, podendo ocorrer por pressões externas, pela forma instrumental ou por questões de princípios. Como pressão externa, podem ser referidos às legislações ambientais, movimento dos consumidores e a globalização. A forma instrumental pode-se dar a partir do fato de a empresa utilizar-se desse método para obter algum tipo de benefício ou vantagem. A melhor para a sociedade é a motivada pelos princípios, pois, a possibilidade de interrupção da atuação é reduzida porque a empresa não está fazendo aquilo a fim de chegar a um objetivo que não seja o bem-estar social.

Para se verificar o nível de envolvimento com questões sociais e o seu devido retorno, as empresas utilizam-se de indicadores de responsabilidade social. Os mais conhecidos e utilizados são o balanço social e a demonstração do valor adicionado, conforme abordado a seguir (TENÓRIO, 2004, p. 37).

---

<sup>3</sup> O livro lança amplo debate quanto às formas de promoção pela União Europeia da Responsabilidade Social das empresas a nível europeu e internacional. Mais especificamente, quanto às possibilidades de explorar as experiências existentes, incentivar o desenvolvimento de práticas inovadoras aumentando a transparência. Preconiza uma abordagem baseada em parcerias mais estreitas possibilitando as partes interessadas a desempenhar papel ativo.



## BALANÇO SOCIAL

No início do século XX, tornaram-se evidentes as manifestações em serviço do desempenho social das empresas:

A partir da década de 60 do século XX, os trabalhadores, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, passaram a fazer exigências às organizações começaram a exigir das organizações no sentido de obterem informações relativas a seu desempenho econômico e social, ampliando a informação que as organizações forneciam, incorporando as sociais (especialmente aquelas relativas ao emprego), tendo em vista à discussão da responsabilidade social, dando assim origem à implantação do Balanço Social, na França em 1977, que evidenciava basicamente os recursos humanos. (TINOCO, 2001, p.27).

Na década acima, durante a guerra do Vietnã, brotaram as principais contestações políticas que vinham sendo adotadas. O governo de Nixon (EUA) e as entidades que o apoiavam, foram duramente criticadas principalmente aquelas que estavam envolvidas diretamente com a fabricação de armamentos bélicos. A população cobrava, ao mesmo tempo, o fim da guerra que destruía o país e maior responsabilidade das organizações na área social, assumindo estilo ético ante da sociedade<sup>4</sup>. (KROETZ, 2000, p. 54).

O primeiro país a possuir lei específica que coage as organizações com mais de 300 empregados a elaborar seu Balanço Social é a França, com a Lei número 77.769, de 12 de julho de 1977. Esta lei originou-se para suprir a preocupação em demonstrar a atuação social das organizações, devido a pressões de movimentos estudantis e ampliação dos problemas sociais. Com isso, houve considerável aumento de curiosos sobre o assunto que se propuseram a reunir dados, para melhor abordar os problemas sócio-econômicos da nação, como a relação do emprego, a mobilidade social e a utilização do lucro. Tudo foi gerado decorrente da mobilização da sociedade que exigia evoluções. A experiência na elaboração e publicação de relatórios sociais é, portanto, bem recente e em alguns países, como o Brasil, ainda é pequena.

---

<sup>4</sup> A partir desse momento surgiram as primeiras informações sociais publicadas juntamente com o Balanço Patrimonial.

Noutros países da Europa, como a Holanda, Bélgica e Espanha, as grandes empresas têm publicado informações sócio-econômicas, seja no corpo do relatório anual ou sob a forma de um relatório separado. Em Portugal também houve adesão imponente ao Balanço Social, através da Lei número 141, de 14 de novembro de 1985, que obriga a apresentação, para todas as empresas públicas e privadas com mais de cem empregados, de informações que atendem basicamente a área de recursos humanos. O Balanço Social dá-se sob a forma de formulário a ser preenchido pelas empresas que se enquadram nas condições exigidas pela legislação. (KROETZ, 2000, p.56).

Na Grã-Bretanha, houve grande conscientização por parte dos empresários da necessidade de fornecer informações mais completas aos seus usuários sobre sua atuação social. Essa conscientização, ao contrário de alguns países, não veio por imposição legal, e sim, devido a uma violenta performance dos movimentos sociais que por isso protestavam. (TINOCO, 2001, p. 128).

No Brasil, como em toda a América Latina, o Balanço Social teve influências americana e européia, fazendo com que seu modelo seja uma mesclagem dos dois. Mas isso só foi possível graças à “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, publicada em 1965 pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE), que difundia a idéia de penetrar a responsabilidade dos dirigentes em relação às questões sociais que envolvessem a sociedade e o meio ambiente, aplicável à realidade brasileira (SILVA, 2001, p. 15).

A partir de 1985, as discussões sobre o Balanço Social esfriaram em todo o território brasileiro. A popularidade do Balanço Social no Brasil embalou-se mesmo na década de 90, por meio do sociólogo Herbert de Sousa (1935-1997), mais conhecido como “Betinho”. Utilizando-se das estruturas do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE <sup>5</sup>, Betinho lançou a Campanha Nacional de Valorização do Balanço Social, mobilizando diversas entidades no sentido de torná-lo uma ferramenta democrática de participação social das empresas. Neste mesmo

---

<sup>5</sup> criado em 1981, é uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partido político. Sua missão é a construção da democracia (cidadania ativa), combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã.

período, iniciou-se uma ação pública a favor da elaboração e divulgação do Balanço Social. (SILVA, 2001, p. 24).

A partir desta iniciativa do IBASE, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) une-se ao movimento, buscando estimular a divulgação e propagação do Balanço Social. A CVM elaborou um documento (Instrução CVM nº 202, de 1º de dezembro de 1993), no qual constitui instruções e a obrigatoriedade da exposição de um conjunto de informações de caráter social por empresas que possuam faturamento anual superior a R\$ 150 milhões e ativos de mais de R\$ 120 milhões, mesmo que não possuam capital aberto.

## **Conceito**

Generalizando a palavra Balanço, Fernandes (1994) diz que se trata de uma exposição pormenorizada do ativo e passivo de casa comercial ou industrial. Na Contabilidade, o termo vem sendo utilizado para indicar o período em que se faz o arrolamento de todas as demonstrações econômico-financeiras de uma entidade, em uma determinada data, ou somente uma delas: o Balanço Patrimonial. Estudiosos e interessados na inclusão nas empresas do demonstrativo Balanço Social, para estimativa das ações sociais empreendidas, ocupam-se em explicar seu significado.

No Projeto de Lei nº 3.116 de 1997, de autoria da deputada Marta Suplicy:

Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Silva (2001, p. 104) afirma que:

O Balanço Social é o conjunto de informações com base técnico-contábil, gerencial e econômica, capaz de proporcionar uma visão da relação capital-trabalho no que diz respeito a seus diferentes aspectos econômico-sociais.

Sucupira (2006, p. 02), define Balanço Social como sendo:

Um instrumento de gestão e de informação que visa reportar da forma mais transparente possível, informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários da informação.

Ainda segundo Sucupira, o Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo informações sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade onde está inserida. Com ele a empresa mostra o que faz pelos seus empregados, dependentes e pela população que recebe sua influência direta.

Antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, o Balanço Social deve ser considerado como uma ferramenta gerencial. Pode reunir dados quantitativos e qualitativos sobre a política administrativa, relação da entidade com o meio ambiente, servindo como instrumento de controle, auxílio para tomada de decisões e adoção de estratégias (KROETZ, 2000, p. 68).

O Balanço Social tem por objetivo ser eqüitativo e comunicar informações que satisfaça à necessidade de quem dele precisa. Essa é a missão da Contabilidade, como ciência de reportar informação contábil, financeira, econômica, social, física, de produtividade e de qualidade (TINOCO, 2001, p. 34).

A expressão “balanço social” vem sendo definida de várias formas, possuindo pouca desarmonia quanto ao objetivo de prestação de contas das ações sociais. As acepções têm levado ao juízo de que o balanço social é um conjunto de informações econômicas e sociais, que tem como alvo a exposição de dados sobre a performance econômica e financeira das empresas em seu desempenho em benefício da sociedade.

A idéia de otimização do lucro não pode permanecer sendo o alvo único das atividades da empresa, pois esta existe para que seja cumprido objetivo de natureza econômica e social, ou seja, suas funções devem ser associadas e integradas: a função econômica geradora de produtos e de lucro, e a função social geradora de bem-estar.

A sociedade vem sofrendo uma transformação no perfil comportamental, passando a exigir atitude mais social das empresas, fazendo com que as mesmas se encaixem também nessas transformações, de forma espontânea ou forçada por lei, para que seja demonstrada sua atitude nesse setor.

De acordo com Tinoco (2001, p. 34), esse demonstrativo é organizado pelas empresas para múltiplos usuários, contemplando dados sócio-econômicos a respeito de relações trabalhistas, preservação e controle do meio ambiente, políticas externas e demonstração do valor adicionado, tanto de empresas públicas como privadas. Abaixo será abordado os usuários desse demonstrativo e também da Contabilidade, assim como suas metas relevantes que, segundo o autor, parecem mais importantes e merecem ser destacadas:

Quadro nº 1: Usuários do Balanço Social e da Contabilidade

| Usuários                 | Metas Relevantes  |
|--------------------------|---|
| Clientes                 | Produtos com qualidade; recebimento de produtos em dia; produtos mais baratos, cortesia no atendimento. |
| Fornecedores             | Parceria; segurança no recebimento; continuidade.   |
| Colaboradores            | Geração de caixa; salários adequados; incentivos à promoção; produtividade; valor adicionado.           |
| Investidores Potenciais  | Custos de oportunidade; rentabilidade; liquidez da ação.  |
| Acionistas Controladores | Retorno sobre PL; retorno sobre o ativo; continuidade; crescimento no mercado; valor adicionado.        |
| Acionistas Minoritários  | Fluxo regular de dividendos; valorização da ação; liquidez.   |
| Gestores                 | Retorno sobre PL; continuidade; valor patrimonial da ação; qualidade; produtividade; valor adicionado.  |
| Governo                  | Lucro tributável; valor adicionado; produtividade.  |
| Vizinhos                 | Contribuição social; preservação do meio ambiente, segurança, qualidade, cidadania.                     |

Fonte: TINOCO (2001 p.35).

Para a CVM, o Balanço Social, ocorrendo sua publicação, é uma ferramenta capaz de fornecer à sociedade informações que possam ajudá-la a ter conhecimento das ações empresariais. São contempladas informações de investimentos feitos em benefício dos empregados e meio ambiente até a formação e distribuição de riqueza

gerada pelas empresas (valor adicionado). Ao apresentá-lo juntamente com as demonstrações financeiras clássicas, é considerado o demonstrativo de maior eficácia de divulgação e avaliação das atividades empresariais.

## **Legislação e Histórico de Exemplos**

A CVM propôs a inclusão no anteprojeto de reformulação da Lei n. 6404/76, que trata das sociedades por ações, estabelecendo que essas sociedades e as demais de grande porte devem divulgar informações de natureza social, além da Demonstração do Valor Adicionado, avançando na qualidade e no significado da informação divulgada.

A iniciativa do IBASE, partindo de Betinho, em reunir por meio de encontros e discussões entre associações de empresas como a Associação Brasileira as Empresas de Capital Aberto (ABRASCA), o Instituto Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e a CVM, deu origem ao Projeto de Lei 3.116/97<sup>6</sup>, de 14 de maio de 1997, de autoria das deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, para instituição e obrigatoriedade de publicação do Balanço Social por empresas privadas com mais de 100 empregados.

Pelo projeto de lei citado, são ainda obrigadas a elaborar o Balanço Social as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independente do número de empregados.

Esse projeto de lei não resultou em aprovação pelo Congresso Nacional. Posteriormente, o deputado federal Paulo Rocha - PT/PA retomou a questão e elaborou outro projeto de lei tendo como base o projeto anteriormente apresentado pelas referidas deputadas. O Projeto de Lei (PL) nº 0032 de 1999, foi apresentado no dia 03 de fevereiro de 1999. (SILVA, 2001, p. 28).

Este Projeto de Lei é a reapresentação do Projeto de Lei da deputada Marta Suplicy. O mesmo que cria o Balanço Social, foi aprovado na Comissão do Trabalho

---

<sup>6</sup> Projeto de Lei poderá ser apreciado na íntegra, constando como Anexo I ao fim deste trabalho.

em 17/11/1999 e seguirá tramitando na Comissão de Finanças. Posteriormente, se aprovado, seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça. Ele está sendo discutido e estudado com a participação de diversos membros da sociedade, abrangendo representantes de empresas públicas e privadas, governo, organizações do terceiro setor, sindicatos e demais organizações.

De acordo com o IBASE, outras legislações estão sendo elaboradas para tornar obrigatória ou incentivar a exposição da Responsabilidade Social Empresarial através do Balanço Social:

O projeto de Lei nº 11.440, de 18 de janeiro de 2000, que posteriormente foi transformado na Lei nº 11.440 que institui o Balanço Social para empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul, o qual será assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade, devidamente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul ao exercício profissional.

O projeto de Lei 004/97, tornou-se a Lei nº 7.672, de 18 de junho de 1998, de autoria do vereador Carlinhos Augusto, "cria o Selo Empresa-Cidadã às empresas que instituírem e apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências".

No município de João Pessoa/PB o Projeto de Resolução nº 004/98 institui o "Selo Herbert de Souza às empresas que apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências".

A Resolução nº 005/98 cria o "Dia e Selo da Empresa Cidadã às empresas que apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências". Esta Resolução está em vigor e já premiou diversas empresas na Cidade de São Paulo.

No município de Porto Alegre/RS a Lei 8118/98 "cria o Balanço Social das Empresas estabelecidas no âmbito do Município de Porto Alegre e dá outras providências".

Em Uberlândia/MG, a Câmara Municipal instituiu em novembro de 1999 o "Selo Empresa-Cidadã".<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Leis e projetos de lei disponível no *site* de IBASE, conforme referências ao final do trabalho.

Além das propostas da CVM e do Projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados, existem novos modelos e regras de Balanço Social proposto pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, pelo Instituto Ethos e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

### **Indicadores do Balanço Social**

O Balanço Social procura evidenciar o maior número possível de indicadores, tentando desvendar as tendências da empresa.

O IBASE, e Kroetz (2000, p. 72), apresentam uma série de indicadores, que podem ser adaptados à realidade de cada empresa:

Indicadores Laboriais ou Sociais Internos – são compostos pelos benefícios ofertados aos colaboradores. São considerados indicadores sociais internos pelo IBASE. Como exemplo tem-se as despesas destinadas a alimentação, Previdência Privada, saúde, educação, cultura, capacitação profissional, creches e auxílio creches, participação nos lucros e resultados.

Indicadores Sociais Externos - são formados pelas contribuições efetuadas para com a sociedade, na forma de alimentação, educação e cultura, esporte e lazer, habitação, saúde, saneamento e tributos, e investimentos em meio ambiente.

Indicadores Ambientais – é comparação entre os gastos em ações de prevenção de risco ou correção de passivos ambientais, operacionais ou não, e o resultado operacional.

Indicadores do Corpo Funcional – onde estão incluídos a quantidade absoluta do contingente de colaboradores da empresa, admissões e terceirizados, destacando a idade, sexo, raça, percentual de cargos de chefia ocupados pelos grupos subdivididos acima e deficientes.

Se a forma de exposição desses dados for livre, como tem sido a prática em alguns ambientes, torna-se complexo um exame adequado do desempenho social da empresa, já que ela tenderá a prestar apenas informações que lhe sejam



convenientes e, geralmente, sem dimensionar o quantitativo investido. Desta forma, o Balanço Social se confundirá com um mero artefato de *marketing*.

## **Elaboração**

Kroetz (2000, p. 38), articula que, para que o desenvolvimento do Balanço Social seja primoroso, deve obedecer a um pressuposto indispensável, que é o caráter participativo de distintas áreas da empresa. Uma forma de alcançar este feito é iniciar um procedimento para que seja indicada uma comissão especial. Nessa comissão, os membros serão encarregados de participar do processo de coleta de dados e elaboração do Balanço, devendo conter nessa comissão, representantes de distintas categorias profissionais e setores existentes na empresa.

A primeira decisão pertinente a essa comissão é definir o que será medido de maneira fidedigna, relativo às iniciativas que a empresa vem desenvolvendo no campo social, não se prendendo apenas no que é considerado relevante para a entidade, mas também, reunir as expectativas dos funcionários, avaliando seu grau de realização por parte da empresa.

Para sua implantação, será necessário que a empresa reconheça que deve revigorar suas relações sociais, como, por exemplo, renovar ou aperfeiçoar sua linha de produção.

Na elaboração do Balanço Social procura servir-se de o maior número possível de indicadores, a fim de proporcionar maior credibilidade e transparência em sua elaboração. Esses indicadores, tanto de ordem qualitativa quanto quantitativa são numerosos, podendo ser de caráter econômico ou social.

Tinoco (2001, p. 41) explana esses indicadores, dos quais podem ser destacados: o valor adicionado por trabalhador; relação entre salários e as receitas brutas da empresa; contribuição do valor adicionado da empresa para o Produto Interno Bruto; produtividade social da empresa; carga tributária da empresa em relação a seu valor adicionado; evolução do emprego na empresa; promoção dos trabalhadores na escala salarial da empresa; participação e evolução do pessoal por

sexo e instrução; classificação do pessoal por faixa etária; benefícios sociais concedidos (médico, odontológico, moradia, educação); política de proteção ao meio ambiente, dentre outros.

Sua elaboração conta com a participação de vários departamentos da empresa e colaboração de funcionários encarregados de coletar os dados de base. Basicamente três departamentos funcionais participam na elaboração do Balanço Social: Área de Pessoal, Área de Contabilidade, e Área de Sistema de Informação Contábil. Devido à forma, tratamento, armazenamento e rapidez que este departamento trata suas informações é considerado peça fundamental na elaboração do Balanço Social. Após ser designado o responsável, o planejamento e os objetivos a serem alcançados, é executada a elaboração através dos indicadores e rotinas estabelecidas.(TINOCO, 2001, p. 38).

A estrutura do Balanço Social faz com que esta demonstração seja considerada mista, por conter informações administrativas, contábeis, econômicas e financeiras. Todavia, a maioria dos dados são retirados de registros contábeis, fazendo com que a responsabilidade pelas informações contidas neste demonstrativo seja do profissional desta área.

### **Modelo de Balanço Social**

A Contabilidade, como qualquer outro ramo profissional, tende a procurar adequar-se à sociedade, de modo a atender a todos os setores pelos quais o homem tem participação econômica e social, para, de certa forma, vir a facilitar esse processo em nova área de atuação, que estudiosos chamam de Contabilidade Social. O IBASE veio a criar dois modelos de Balanço Social, para que as informações publicadas pelas empresas sigam algum tipo de padrão.

O primeiro modelo é comumente conhecido por Balanço Social e é utilizado vastamente, por médias e grandes empresas que teoricamente são consideradas socialmente responsáveis. Com o passar do tempo, sofreu aperfeiçoamentos para melhorar sua aceitação.

O segundo modelo é chamado Balanço Social Anual das Micro e Pequenas Empresas. Foi criado em 2003, com a participação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), destinando-se exclusivamente a esses tipos de entidades.

Segundo pesquisas, há casos em que o Balanço Social acaba mostrando os aspectos negativos em empresas socialmente irresponsáveis que tentam adotá-lo, ou mesmo naquelas que não souberam elaborá-lo de forma correta. (KROETZ, 1999, p. 37)

De acordo com Silva (2001, p. 109), embora o Balanço Social como proposto pelo IBASE apresente memória bienal de alguns indicadores sociais relevantes, seu conteúdo é bastante restrito ao que seria necessário em um relatório sobre capacitação e performance dos recursos humanos, cabendo aí a utilização de relatórios paralelos. No entanto, é simples a ponto de estimular as empresas a praticarem sua preparação, com objetivos de se titularem como preocupadas com o meio em que atuam.

O Balanço Social não foi criado com o objetivo de extinguir as demonstrações contábeis tradicionais, pelo contrário, seu objetivo é complementá-las. Para que os dados referidos no Balanço Social estejam completos, faz-se necessária a apresentação de relatório que demonstre todas as atividades de cunho social desempenhadas pela empresa e, ainda, alguns demonstrativos, como a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que expõe a distribuição da riqueza gerada e que já começa a ser divulgada por algumas empresas nacionais conscientes da importância e da necessidade do conhecimento de informações por parte de seus usuários.

O IBASE com a colaboração da CVM apresentou um modelo de Balanço Social que vem sendo adotado por várias empresas no Brasil, disponível no anexo II a este trabalho.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) surgiu na Europa por influência da França, Inglaterra e Alemanha. A informação nela contida também era utilizada por países emergentes para decidir acerca da aceitação e da manutenção de empresas transnacionais, desde que estas demonstrem qual o valor que agregarão à economia local.

Esta demonstração uniu-se a outras existentes como o Balanço Social e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Trata-se de complemento do Balanço Social, que deixa transparente e em linguagem simples, quanto a empresa gerou de riquezas para a sociedade, qual foi a participação do governo, quanto os donos do capital foram remunerados por isso, o valor destinado à remuneração do trabalho e quanto receberam os terceiros financiadores do capital de giro da empresa.

Kroetz (2000, p.40) define a DVA como sendo:

A diferença entre os recursos consumidos que a organização adquiriu de terceiros e o que ela produziu, ou seja, representa o que foi agregado de valor ao produto/serviço (riqueza gerada), dentro de seu ciclo operacional. Demonstrando, ainda, sua distribuição para empregados, governo, financiadores, acionistas/sócios etc.

Segundo LUCA (1998, p.28):

A Demonstração do Valor Adicionado é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.

A Contabilidade faz uso da DVA para identificar e divulgar o quanto as atividades das empresas geram de recursos adicionais para a economia local e para quem os distribui. A DVA pode ser definida como sendo a diferença entre os recursos consumidos que a organização adquiriu de terceiros e o que ela produziu. (KROETZ, 2000, p. 40).

Alguns acham que a DVA surgiu para substituir a DRE, mas a verdade é que essas demonstrações utilizam-se de informações distintas e para diferentes propósitos. Na DRE, a função principal é informar como se forma o resultado líquido

de determinado período. Já a DVA, seu objetivo é fornecer informações a diversos grupos participantes nas operações. (TINOCO, 2001, p.68).

Santos (2003, p. 36), afirma que quanto à sua importância, é inquestionável o auxílio da DVA no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) e de indicadores sociais extremamente importantes, influenciando na decisão de investimentos, pois terão ao utilizar esta ferramenta, excelente instrumento para auxiliar na solução de conflitos regionalizados.

## **Estrutura**

A DVA é estruturada em duas partes, as quais possuem propósitos diferentes, porém complementares. A primeira é destinada ao cálculo do Valor Adicionado, representado pela Receita Operacional Bruta, Valor Adicional Bruto, Valor Adicional Líquido<sup>8</sup>, Valor Adicional oriundo de terceiros e Valor Adicionado Total. A segunda parte do DVA destina-se a demonstrar a distribuição do Valor Adicionado Total, que apresenta subdivisões de acordo com os grupos a quem se destinam às parcelas da riqueza gerada. (SANTOS, 2003, p. 38).

A DVA possui modelo padrão para as empresas em geral e outro para as instituições bancárias, com poucas diferenças em sua estrutura. Abaixo é demonstrada a distribuição do Valor Adicionado entre os fatores de produção, para os dois modelos, que contribuem para sua geração da seguinte forma:

- Empregados: remuneração pela força de trabalho, na forma de salários;
- Financiadores: remuneração pelos recursos emprestados, através de juros;
- Governo: remuneração pela estrutura social, política e econômica que gera condições de operação no meio ambiente, através de tributos;
- Acionistas: remuneração pelo capital investido na empresa, através de dividendos e lucros retidos.

---

<sup>8</sup> A diferença entre o Valor Adicional Bruto e o Valor Adicional Líquido é a Depreciação, Amortização ou Exaustão, que deverão, em caso de existência, ser subtraído para não gerar dupla contagem.

Conclui-se que o valor adicionado pode ser entendido como um indicador de eficiência e eficácia da gestão empresarial que deve compor o Balanço Social, pois, possibilita uma visão ampla sobre a capacidade de a empresa produzir e distribuir riquezas entre seus parceiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a Profa. Dra. Maria Cecília Coutinho de Arruda, ao elaborar a apresentação do livro coordenado por Ashley (2004), a preocupação com Responsabilidade Social é tão antiga quanto a formação das organizações. Mas a precisão conceitual e estrutura teórica parece ter sido deixada para um segundo plano, em todo o mundo.

Devido ao fato de o mercado encontrar-se mais competitivo, as empresas viram-se obrigadas a estar atentas acerca das ações danosas decorrentes da prática de seu negócio à sociedade em geral. A partir daí, surge a necessidade de abordar uma linha histórica e conceitual acerca da Responsabilidade Social das empresas.

Para atingir o “status” de empresa ética e responsável não basta parecer, isso tem que ser percebido pelos consumidores, empregados e investidores. As ações precisam ser acompanhadas e divulgadas sistematicamente, incorporando-se no dia-a-dia da empresa.

É importante que o Balanço Social seja visto como instrumento de teor estratégico para qualquer organização que venha a adotá-lo. Sua eficácia depende do grau de valorização que é desprendido a ele. Não é sustentável tê-lo apenas porque sua prática é moda. O Balanço Social é muito mais relevante do que qualquer interesse mercadológico, pois funciona como ferramenta de informação e gestão social. Para o público da organização, seja ele interno ou externo, o principal é compartilhar os resultados do processo de responsabilidade social por meio de mecanismos que transpareçam a realidade social vivida por todos.

Algo que as empresas devem prestar atenção são os fatores que inviabilizam seus negócios. Exemplo disso é a empresa preparar seus relatórios e demonstrativos visando apenas um público e acionistas. Ela deve olhar a todo o ambiente ao qual se encontra inserida. Seu negócio deve ser redirecionado, aliando o objetivo de lucro a princípios éticos. Seriam altamente elogiáveis, se atitudes

responsáveis fossem tomadas, aliadas aos princípios das empresas, e não visando apenas vantagem no mercado.

Não adianta as empresas pensarem que ao praticarem ação social para com a comunidade seu retorno será instantâneo. Essas ações trarão retorno sim, mas em longo prazo. As empresas devem pensar não somente no retorno financeiro que essas ações trarão, mas também a melhora na reputação da empresa. O reconhecimento perante a sociedade, e por parte dos funcionários, conduz à realização profissional, retendo e capacitando talentos pré-existentes.

O caráter participativo não pode faltar. A participação de diversos públicos na elaboração, divulgação e aferição do Balanço Social são primordiais para seu sucesso. Esta conjunção de opiniões concede maior credibilidade ao instrumento, pois promove a colaboração de várias partes que compõem a organização, afastando, margem para a adoção de informações que beneficiem apenas determinado grupo ou setor.

Conclui-se que o Balanço Social é a grande via de ligação entre o a empresa, que é executor da ação social, e seus beneficiários, comunicando e informando quantitativa e qualitativamente tudo aquilo que está sendo realizado no plano social e ambiental. Sua adoção deve ser encarada como compromisso de transparência em relação às pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a organização, mostrando que há vantagens em divulgar e compartilhar essas informações. Ele deve ser fruto de ação espontânea da organização e não da imposição de legislação específica.



## REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia Almeida (coord). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2004.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. **Livro verde**: Promover um quadro para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas: Com, 2001.

FERNANDES, Fernando; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário brasileiro globo**. 36 ed – São Paulo: Globo, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Legislação**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=10>> Acesso em: 10 de mar. 2006.

INSTITUTO ETHOS. **Valores, transparência e governança**. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/docs/conceito\\_praticas/indicadores/temas/valores.asp](http://www.ethos.org.br/docs/conceito_praticas/indicadores/temas/valores.asp)>. Acesso em: 10 mar. 2006.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanco social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. Contabilidade social. **Revista brasileira de contabilidade**, Brasília, CFC, p. 28 a 38. nov./dez. 1999.

LUCA, Márcia Martins de. **Demonstração do valor adicionado**. São Paulo: Atlas, 1998.

OLIVEIRA, F. Relações públicas e a comunicação na empresa cidadã. In **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das universidades (pp. 195-228). São Paulo: Peirópolis, 2002.

Projeto de Lei nº 3.166/97. Câmara dos Deputados, Brasília, 14 de maio de 1997, deputada Marta Suplicy (PT/SP).

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado:** como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SERPA, Júlio César Lopes. **Poesias contábeis.** Disponível em: <<http://www.classecontabil.com.br/art.php>>. Acesso em: 15 mar. 2006.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Sousa (org). **Balanco social:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

SUCUPIRA, João. **A Responsabilidade social das empresas.** Disponível em <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2005.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org). **Responsabilidade social empresarial:** teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco social:** uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

## **ANEXOS**

## **ANEXO I**

Câmara dos Deputados

Projeto de lei nº 3.116, de 1997

(Das Sras. Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling)

*Cria o Balanço Social para empresas que  
menciona e dá outras providências.*

**Congresso Nacional decreta:**

Art. 1.º Ficam obrigadas a elaborar, anualmente, o Balanço Social:

I - as empresas privadas que tiveram cem empregados ou mais no ano anterior à sua elaboração;

II - as empresas públicas sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados.

Art. 2.º Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Art. 3.º O Balanço Social deverá conter informações sobre:

I – A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento, detalhando o total das remunerações e valor total pago a empresas prestadoras de serviços;

II – Os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antiguidade na empresa: admissões emissões durante o ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores; número mensal de empregados temporários; valor total da participação dos empregados no lucro da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa; percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas extras trabalhadas; valor total das horas extras pagas;

III – Valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;

IV – Valor dos tributos pagos, especificando cada item;

V – Alimentação do trabalhador: gastos com restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados, relacionando, cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VI – Educação: valor dos gastos com treinamento profissional; programas de estágios (excluídos salários); reembolso de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com biblioteca (excluído pessoal); outros gastos com educação e treinamento dos empregados, destacando os gastos com os empregados

adolescentes; relacionando em cada item os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VII – Saúde dos empregados: valor dos gastos com plano de saúde; assistência médica; programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VIII – Segurança no trabalho: valor dos gastos com segurança com no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;

IX – Outros benefícios: seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só o custo); gastos com atividades recreativas; transportes; creches e outros benefícios oferecidos aos empregados; relacionado em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais existentes;

X – Previdência Privada: planos especiais de aposentadoria; fundações previdenciárias, complementações; benefícios aos aposentados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XI – Investimentos na Comunidade: valor dos investimentos na comunidade ( não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII – Investimentos em meio ambiente: reflorestamento; despoluição; gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente;

Parágrafo único: os valores mencionados no Balanço Social deverão ser apresentados relacionando-se ao percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa.

Art. 4.º As empresas no artigo 1.º deverão dar publicidade ao seu Balanço Social, na forma dos artigos 7.º e 8.º desta lei, até o dia 30 de abril de cada ano.

Parágrafo único: As empresas que são obrigados a publicar balanço patrimonial e financeiro seguirão os prazos previstos na legislação específica, e farão publicar o Balanço Social juntamente com aquele.

Art. 5.º O Poder Executivo poderá utilizar-se das informações do Balanço Social das empresas com vistas à formulação de políticas e programas de natureza econômico-social, em nível nacional e regional .

Art. 6.º É facultada às empresas não mencionados nos incisos I e II do artigo 1.º a apresentação do Balanço Social.

Art. 7.º O Balanço Social será afixado na entrada principal dos estabelecimentos da empresa nos seis primeiros meses da sua divulgação.

Art. 8.º É garantido o acesso e divulgação do Balanço Social aos empregados da empresa e às autoridades e órgãos governamentais e do Legislativo, sindicatos, universidades e demais instituições públicas ou privadas ligadas ao estudo e à pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

Art. 9.º As obrigações contidas na presente lei não substituem quais quer outras obrigações de prestação de informações aos órgão públicos anteriormente estabelecidas pela legislação.

Art. 10.º As empresas que não atenderem ou fraudarem, no todo ou em parte, ao disposto na presente lei ficarão impedidas de participar de licitações e contratos da Administração Pública, de se beneficiar de incentivos fiscais e dos programas de crédito oficiais e serão sujeitas à multa pecuniária no valor a ser definido pelo Executivo, que será dobrada em caso de reincidência.

Parágrafo Único o Poder Executivo devera dar publicidade das empresas que não cumprirem o disposto no artigo 1.º ao final de cada exercício.

Art. 11.º O Poder Executivo regulamentara esta lei no prazo de noventa dias a contar da sua publicação, dispondo sobre as medidas necessárias à sua plena eficácia, inclusive sobre os critérios de fiscalização e os órgãos competentes ao seu fiel cumprimento.

Art. 12.º Esta lei entra em vigor no exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Art. 13.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1997

Deputada MARTA SUPLICY (PT-SP)

Deputada MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES (PT-RJ)

Deputada SANDRA STARLING (PT-MG)

## **ANEXO II**

### **MODELO DE BALANÇO SOCIAL (IBASE)**



# Balanco Social Anual / 2005

**iBase**


| 1. Base de cálculo  | 2005<br>Valor (mil reais)  |   |   | 2004<br>Valor (mil reais)  |   |  |
|---|--|---|---|--|---|--|
| Receita líquida (RL)  |  |   |   |  |   |  |
| Resultado operacional (RO)  |  |   |   |  |   |  |
| Folha de pagamento bruta (FPB)  |  |   |   |  |   |  |
| <b>2. Indicadores sociais internos</b>  | <b>Valor (mil R\$)</b>   | <b>% Sobre FPB</b>                                | <b>% Sobre RL</b>                                 | <b>Valor (mil R\$)</b>   | <b>% Sobre FPB</b>                                | <b>% Sobre RL</b>                                    |
| Alimentação   |  |   |   |  |   |  |
| Encargos sociais compulsórios   |  |   |   |  |   |  |
| Previdência privada   |  |   |   |  |   |  |
| Saúde   |  |   |   |  |   |  |
| Segurança e saúde no trabalho   |  |   |   |  |   |  |
| Educação  |  |   |   |  |   |  |
| Cultura   |  |   |   |  |   |  |
| Capacitação e desenvolvimento profissional  |  |   |   |  |   |  |
| Creches ou auxílio-creche   |  |   |   |  |   |  |
| Participação nos lucros ou resultados   |  |   |   |  |   |  |
| Outros  |  |   |   |  |   |  |
| <b>Total - Indicadores sociais internos</b>   |  |   |   |  |   |  |
| <b>3. Indicadores sociais externos</b>  | <b>Valor (mil R\$)</b>   | <b>% Sobre RO</b>                                 | <b>% Sobre RL</b>                                 | <b>Valor (mil R\$)</b>   | <b>% Sobre RO</b>                                 | <b>% Sobre RL</b>                                    |
| Educação  |  |   |   |  |   |  |
| Cultura   |  |   |   |  |   |  |
| Saúde e saneamento  |  |   |   |  |   |  |
| Esporte   |  |   |   |  |   |  |
| Combate à fome e segurança alimentar  |  |   |   |  |   |  |
| Outros  |  |   |   |  |   |  |
| <b>Total das contribuições para a sociedade</b>   |  |   |   |  |   |  |
| Tributos (excluídos encargos sociais)   |  |   |   |  |   |  |
| <b>Total - Indicadores sociais externos</b>   |  |   |   |  |   |  |
| <b>4. Indicadores ambientais</b>  | <b>Valor (mil R\$)</b>   | <b>% Sobre RO</b>                                 | <b>% Sobre RL</b>                                 | <b>Valor (mil R\$)</b>   | <b>% Sobre RO</b>                                 | <b>% Sobre RL</b>                                    |
| Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa   |  |   |   |  |   |  |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos   |  |   |   |  |   |  |
| <b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>   |  |   |   |  |   |  |
| Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa: | <input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%<br><input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100% |   |   | <input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%<br><input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100% |   |  |
| <b>5. Indicadores do corpo funcional</b>  |  |   |   |  |   |  |
| Nº de empregados(as) ao final do período  |  |   |   |  |   |  |
| Nº de admissões durante o período   |  |   |   |  |   |  |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as)  |  |   |   |  |   |  |
| Nº de estagiários(as)   |  |   |   |  |   |  |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos   |  |   |   |  |   |  |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa   |  |   |   |  |   |  |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres   |  |   |   |  |   |  |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa   |  |   |   |  |   |  |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as)   |  |   |   |  |   |  |
| Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais   |  |   |   |  |   |  |
| <b>6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>   | <b>2005</b>  |   |   | <b>Metas 2006</b>  |   |  |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa  |  |   |   |  |   |  |
| Número total de acidentes de trabalho   |  |   |   |  |   |  |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:  | <input type="checkbox"/> direção   | <input type="checkbox"/> direção e gerências      | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) | <input type="checkbox"/> direção   | <input type="checkbox"/> direção e gerências      | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)    |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:  | <input type="checkbox"/> direção e gerências   | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) | <input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa         | <input type="checkbox"/> direção e gerências   | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) | <input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa            |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:  | <input type="checkbox"/> não se envolve  | <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT   | <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT  | <input type="checkbox"/> não se envolverá  | <input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT | <input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT |
| A previdência privada contempla:  | <input type="checkbox"/> direção   | <input type="checkbox"/> direção e gerências      | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) | <input type="checkbox"/> direção   | <input type="checkbox"/> direção e gerências      | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)    |
| A participação nos lucros ou resultados contempla:  | <input type="checkbox"/> direção   | <input type="checkbox"/> direção e gerências      | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) | <input type="checkbox"/> direção   | <input type="checkbox"/> direção e gerências      | <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)    |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:   | <input type="checkbox"/> não são considerados  | <input type="checkbox"/> são sugeridos            | <input type="checkbox"/> são exigidos             | <input type="checkbox"/> não serão considerados  | <input type="checkbox"/> serão sugeridos          | <input type="checkbox"/> serão exigidos              |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:   | <input type="checkbox"/> não se envolve  | <input type="checkbox"/> apóia                    | <input type="checkbox"/> organiza e incentiva     | <input type="checkbox"/> não se envolverá  | <input type="checkbox"/> apoiará                  | <input type="checkbox"/> organizará e incentivará    |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):   | na empresa   | no Procon   | na Justiça  | na empresa   | no Procon   | na Justiça   |
| % de reclamações e críticas solucionadas:   | na empresa %   | no Procon %                                       | na Justiça %                                      | na empresa %   | no Procon %                                       | na Justiça %   |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):   | <b>Em 2005:</b>  |   |   | <b>Em 2004:</b>  |   |  |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA):   | % governo  | % colaboradoras(as)                               |   | % governo  | % colaboradoras(as)                               |  |
|   | % acionistas   | % terceiros                                       | % retido  | % acionistas   | % terceiros                                       | % retido   |
| <b>7. Outras Informações</b>  |  |   |   |  |   |  |

Apoio:



Parcerias:



## Instruções para o preenchimento

|   |   |
|---|---|
| Realização  | Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos e as ações sociais e ambientais <b>efetivamente</b> realizados pela empresa.<br><b>Sugestão:</b> este BS deve ser o resultado de amplo <b>processo participativo</b> que envolva a comunidade interna e externa  |
| Publicação  | Este BS deve ser apresentado como complemento em outros tipos de demonstrações financeiras e socioambientais; publicado isoladamente em jornais e revistas; amplamente divulgado entre funcionários(as), clientes, fornecedores e a sociedade. Pode ser acompanhado de outros itens e de informações qualitativas (textos e fotos) que a empresa julgue necessários   |
| Selo "Balanço Social Ibase/Betinho"                           | A empresa que realizar e publicar o seu balanço social, utilizando este modelo mínimo sugerido pelo Ibase, pode receber o direito de utilizar o Selo Balanço Social Ibase/Betinho nos seus documentos, relatórios, papelaria, produtos, embalagens, site etc. Mais informações e normas: <a href="http://www.balancosocial.org.br">www.balancosocial.org.br</a><br><b>RESTRIÇÕES:</b> o Selo Balanço Social Ibase/Betinho <b>NÃO</b> será fornecido às empresas de cigarro, armas de fogo/munições e bebidas alcoólicas.<br>O Ibase não concede, suspende e/ou retira o Selo Balanço Social Ibase/Betinho conforme critérios estabelecidos no site <a href="http://www.balancosocial.org.br">www.balancosocial.org.br</a> |
| <b>1. Base de cálculo</b>                                     | <b>Itens incluídos</b>  |
| Receita líquida   | Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais  |
| Resultado operacional   | Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais  |
| Folha de pagamento bruta                                      | Somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).   |
| <b>2. Indicadores sociais internos</b>                        |   |
| Alimentação   | Gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados(as)  |
| Previdência privada   | Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes  |
| Saúde   | Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados(as)  |
| Educação  | Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação   |
| Cultura   | Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes)   |
| Capacitação e desenvolvimento profissional                    | Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as)   |
| Creches ou auxílio-creche                                     | Creche no local ou auxílio-creche a empregados(as)  |
| Participação nos lucros ou resultados                         | Participações que não caracterizem complemento de salários  |
| Outros benefícios   | Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados  |
| <b>3. Indicadores sociais externos</b>                        |   |
| Total das contribuições para a sociedade                      | Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados<br>Os itens na tabela aparecem como <b>indicação</b> de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente   |
| Tributos (excluídos encargos sociais)                         | Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais  |
| <b>4. Indicadores ambientais</b>                              |   |
| Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa | Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluente, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa   |
| Investimentos em programas/projetos externos                  | Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral   |
| Metas anuais  | Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI)   |
| <b>5. Indicadores do corpo funcional</b>                      |   |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa                     | Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme a RAIS)  |
| <b>6. Informações relevantes</b>                              |   |
| Relação entre a maior e a menor remuneração                   | Resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor   |
| Número total de acidentes de trabalho                         | Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano  |
| Normas  | Conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000)  |
| Valor adicionado  | Mais informações: <a href="http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=9&amp;sid=13">www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=9&amp;sid=13</a>  |
| <b>7. Outras informações</b>                                  | Outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência.<br>Declarações para as empresas que solicitaram o Selo Balanço Social Ibase/Betinho.  |